

A ELABORAÇÃO DE PARÁFRASES EM RESUMOS PRODUZIDOS NA UNIVERSIDADE

Erica Reviglio Iliovitz – UFRN

RESUMO

Considerando a importância de articular teorias e práticas textuais de letramento acadêmico, este trabalho discute a elaboração de paráfrases em dois resumos produzidos por dois estudantes de graduação do curso superior em Comunicação Social – Jornalismo. O gênero resumo foi escolhido como veículo para a elaboração de paráfrases porque se trata de um gênero acadêmico essencial na vida de estudantes universitários. Os objetivos deste trabalho são analisar e comparar as paráfrases produzidas por esses dois estudantes considerando a adequação, a clareza e a concisão das ideias principais. A fundamentação teórica deste trabalho remete ao interacionismo sociodiscursivo (Bronckhart, 1999), a estudos sobre leitura e escrita na universidade (Goldstein, Louzada & Ivamoto, 2009; Cavalcante, 2012) e à sistematização de sequências didáticas (Schneuwly & Dolz, 2004). A metodologia adotada para obtenção das paráfrases em resumos envolveu os seguintes procedimentos, aplicados em sequência didática composta de várias aulas: a) explicação, em aula expositiva dialogada, do gênero textual resumo; b) apresentação de uma técnica passo a passo para a elaboração do referido gênero conforme Platão e Fiorin (1990); c) exposição da elaboração de um resumo a partir da técnica apresentada, que incluiu a elaboração de paráfrases dos parágrafos do texto a ser resumido; d) solicitação da produção de paráfrases para compor resumos a partir de artigos de opinião referentes a temas polêmicos publicados em jornal e também discutidos em sala. Os resultados indicam que a paráfrase é uma competência linguístico-discursiva que envolve não somente a compreensão leitora, mas também conhecimentos referentes à modalização, à coerência e à coesão. Concluímos que a elaboração de paráfrases que compõem o gênero resumo na universidade exige, basicamente, foco na abordagem da competência discursiva de interpretação textual aliada ao domínio de mecanismos de textualização (coerência e coesão) e do mecanismo enunciativo da modalização.

PALAVRAS-CHAVE: paráfrases. Resumos. ensino superior.

1. Introdução

Na minha prática docente no ensino superior, ministro disciplinas da área de leitura e produção de textos que visam, fundamentalmente, ampliar e aprimorar o letramento acadêmico de estudantes ingressantes na universidade. Nessas disciplinas, compostas por três unidades, são abordadas concepções de texto, gêneros textuais, leitura, escrita, coesão e coerência.

Na terceira e última unidade, é solicitada a produção textual de um resumo, que envolve a elaboração de paráfrases.

O presente trabalho discute a elaboração de paráfrases em dois resumos produzidos por dois estudantes de graduação do curso superior em Comunicação Social – Jornalismo.

O gênero resumo foi escolhido como veículo para a elaboração de paráfrases porque se trata de um gênero acadêmico essencial na vida de estudantes universitários.

Os objetivos deste trabalho são analisar e comparar as paráfrases produzidas por esses dois estudantes considerando a adequação, a clareza e a concisão das ideias principais.

2. Fundamentação teórica

A fundamentação teórica deste trabalho remete ao interacionismo sociodiscursivo (Bronckhart, 1999). No que se refere a relacionar teorias e práticas textuais no processo de ensino-aprendizagem, essa corrente teórica afirma que “[...] o desenvolvimento de conhecimentos e de práticas novas exige, em primeiro lugar, o contato com os modelos a serem adquiridos [...]” (Bronckhart 1999, p.87).

No caso do gênero resumo, as habilidades a serem desenvolvidas no estudante são referentes tanto à compreensão textual do texto a ser resumido quanto ao

domínio de determinados aspectos da produção textual em si, sobretudo o domínio da competência linguístico-discursiva de elaboração de paráfrases.

O resumo, conforme Goldstein, Louzada & Ivamoto (2009, p. 161), “[...] é sempre um texto menor do que o texto original [...]. Ao elaborá-lo, o autor deve expressar objetivamente, com as próprias palavras, o que o texto-base contém de essencial”.

Portanto, ao resumir, é necessário, primeiramente, compreender as ideias principais do texto original. Além disso, é importante não copiar trechos: devem ser usadas palavras próprias da pessoa que vai resumir.

Entretanto, um dos maiores desafios ao resumir um texto é justamente o de usar as próprias palavras. Essa habilidade remete ao elaborado exercício da *paráfrase*, que “[...] se caracteriza por ser uma repetição de outro texto, com o objetivo de esclarecê-lo, com a utilização de palavras próprias do autor do texto ‘atual’”. (CAVALCANTE 2012, p. 167).

Nas palavras de Fuchs (1985), a paráfrase é abordada no plano do discurso

[...] como uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-segundo. A paráfrase (intra-língua) se assemelha, aqui, à tradução (inter-línguas), e a consideração de parâmetros ligados ao locutor e à situação particular de discurso é explícita: é o estudo dos tipos de reformulações a adotar em função do contexto e das circunstâncias que constitui, aqui, o objetivo (FUCHS 1985, p. 133-134).

Em síntese, a paráfrase é, essencialmente, uma atividade que envolve reformular dizeres preservando o conteúdo temático. E o fato é que parafrasear é uma habilidade fundamental na elaboração de resumos, pois engloba tanto a compreensão das ideias principais quanto a articulação de diferentes vozes enunciativas¹:

¹ “As **vozes** podem ser definidas como as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado” (BRONCKART, 199, p. 326).

A injunção semanticamente paradoxal subjacente ao resumo institucional – dizer em poucas palavras, mas do mesmo ponto de vista enunciativo, o que o autor do texto a resumir quis dizer – só pode ser seguida por uma atividade complexa de paráfrase, por meio da qual o ‘resumidor’ revive, em seu resumo, a ‘dramatização discursiva’ construída no texto a resumir, a partir de uma compreensão das diferentes vozes enunciativas que nele agem (SCHNEUWLY & DOLZ 2004, p.75).

Além das vozes enunciativas, outro importante mecanismo enunciativo na elaboração de paráfrases são as modalizações, que “[...] têm a finalidade de traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático” (BRONCKART 1999, p. 330). O uso de modalizações é particularmente essencial nas paráfrases na medida em que a ausência de modalizadores pode comprometer a coerência e adequação da ideia principal que foi reformulada.

Nesse contexto, visamos analisar as paráfrases produzidas por estudantes no processo de elaboração de um resumo.

A seguir, apresentaremos a metodologia adotada neste trabalho.

3. Metodologia

Foi proposto aos estudantes que elaborassem um resumo (que apresenta sequência predominantemente explicativa) de artigos de opinião (que apresentam sequência predominantemente argumentativa) sobre temas polêmicos.

Segundo Cavalcante (2012, p. 69), a “[...] sequência explicativa [...] tem como finalidade maior responder a uma pergunta, que pode ser ‘por quê?’, ‘como?’, ‘para quê?’, visando [...] apresentar razões e informações acerca de algo”.

Já a sequência argumentativa, conforme a mesma autora, “[...] visa defender um ponto de vista, uma tese, e os argumentos para sustentá-la vão sendo gradativamente apresentados” (CAVALCANTE 2012, p. 67).

Nesse sentido, a finalidade principal das paráfrases dos resumos que iremos analisar é apresentar, com as próprias palavras, as informações mais importantes do texto original – no caso, a tese, os argumentos e contra-argumentos de um artigo de opinião.

O procedimento de elaboração de resumos que foi ensinado aos estudantes é baseado em Platão & Fiorin (1990). Esse procedimento foi selecionado porque corresponde a uma espécie de técnica passo a passo, composta por 4 etapas, para elaborar resumos. As etapas desse procedimento são as seguintes:

1ª etapa: leitura de um artigo de opinião referente a um tema polêmico;

2ª etapa: identificação dos trechos principais de cada parágrafo do texto;

3ª etapa: paráfrase de cada trecho principal;

4ª etapa: organização das paráfrases através da utilização de elementos coesivos.

Além de apresentar uma técnica de elaboração de resumos, considerei importante inserir essa técnica em uma sequência didática conforme Schnewly & Dolz (2004)². Essa sequência deveria envolver os conhecimentos prévios dos estudantes, tanto a respeito do conceito que eles tinham a respeito do gênero textual resumo quanto em relação a tudo aquilo que eles já sabiam sobre o tema polêmico do artigo de opinião.

Dessa forma, a sequência didática elaborada foi composta de três grandes momentos:

1º grande momento: discussão sobre os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito tanto do gênero textual resumo quanto do tema polêmico abordado e leitura do artigo de opinião sobre esse tema polêmico;

² “Uma ‘sequência didática’ é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (Schnewly & Dolz 2004, p.82).

2º grande momento: discussão dos trechos mais importantes de cada parágrafo do artigo de opinião e paráfrase desses trechos;

3º grande momento: reorganização das paráfrases utilizando elementos coesivos.

No primeiro grande momento da nossa sequência didática, perguntei aos discentes qual era a compreensão deles a respeito do conceito do gênero resumo.

Muitos estudantes tinham dúvidas em relação a esse gênero textual.

Alguns pensavam que resumo poderia ser considerado sinônimo de resenha e de fichamento, enquanto outros supunham que resumir era apenas copiar os trechos principais do texto original.

Esclareci que resumo pode ser definido como um texto bastante sucinto que apresenta apenas os pontos principais do tópico abordado. Enfatizei que não convém apresentar opiniões pessoais nem copiar trechos ao elaborar um resumo. O que importa é apresentar as ideias principais do texto que será resumido.

Em seguida, discuti com os estudantes os conhecimentos prévios que eles tinham em relação ao tema polêmico abordado no artigo de opinião e organizamos esses conhecimentos em duas colunas, correspondentes a argumentos favoráveis e contrários ao tema.

Para encerrar esse primeiro grande momento da sequência didática, foi feita a leitura do artigo de opinião (1ª etapa do procedimento de elaboração de resumos conforme Platão & Fiorin, 1990) e foram comparados os conhecimentos prévios sobre o tema antes da leitura com as informações elencadas no texto.

No segundo grande momento da nossa sequência didática, discutimos quais seriam os trechos mais importantes de cada parágrafo (2ª etapa do procedimento proposto por Platão e Fiorin, 1990) e como esses trechos poderiam ser parafraseados (3ª etapa do procedimento). Em síntese, seguimos a sugestão de Ramires (2008, p. 73):

Para fases diferentes da tarefa de resumir, correspondem ações ou estratégias importantes para a produção de resumos. Assim, na fase de leitura do texto a ser resumido, são feitas anotações, planejamentos, relações entre as ideias centrais com os conhecimentos prévios do autor do resumo; na fase de preparação do resumo, é feita a identificação de trechos em que estão contidas as informações potencialmente relevantes, procedendo-se a mudanças, paráfrases [...].

Por fim, no terceiro e último grande momento da sequência didática, reorganizamos coletivamente as paráfrases através do uso de elementos coesivos referenciais (tais como pronomes) e elementos coesivos sequenciais (tais como conjunções), de modo a promover a redação final do resumo (4ª etapa do procedimento proposto por Platão & Fiorin, 1990).

No decorrer desse processo, eram feitas novas sugestões e foram realizados alguns ajustes para que o texto final estivesse suficientemente sucinto e fosse plenamente compreendido independentemente da leitura do texto original, constituindo, assim, uma espécie de “modelo” de resumo (cf. Bronckhart, 1999; Schneuwly & Dolz, 2004).

Para concluir, solicitamos aos estudantes que elaborassem individualmente, em casa, as paráfrases e o resumo de um outro artigo de opinião referente a um tema polêmico. Essa atividade exigia a explicitação das quatro etapas propostas por Platão e Fiorin (1990).

Entretanto, de uma turma de 27 alunos, apenas 9 (cerca de 33,3%) entregaram o resumo e, desses, apenas 2 (7,4%) explicitaram as quatro etapas de elaboração do gênero textual proposto, evidenciando os trechos principais grifados em cada parágrafo e a paráfrase de cada um desses trechos.

A seguir, apresentaremos os dados e a análise realizada.

4. Dados e análise

As paráfrases selecionadas para análise foram redigidas como parte da redação dos dois únicos resumos elaborados individualmente por dois estudantes que explicitaram as quatro etapas de elaboração do gênero textual proposto. Esses dois estudantes fizeram parte da mesma turma do curso superior em Comunicação Social – Jornalismo: a estudante M.V. e o estudante W.D. Foi solicitado um resumo do artigo de opinião intitulado “Quando a impunidade elimina o medo”, de autoria de Francisco César Pinheiro Rodrigues³, que defende a legalização da pena de morte no Brasil. Esse artigo é composto de onze parágrafos.

O critério de seleção das paráfrases envolveu a coincidência do destaque dos trechos de cada parágrafo que considerei como sendo principais por apresentarem argumentos relevantes para a discussão do tema polêmico em foco. Explicando melhor, foram selecionadas as paráfrases elaboradas a partir dos mesmos trechos que destaquei como sendo os mais importantes em cada parágrafo. Conforme esse critério, foram selecionados seis parágrafos de cada resumo.

Na tabela a seguir, são apresentadas as seis paráfrases selecionadas para análise. A primeira coluna mostra os trechos destacados em cada parágrafo do texto original. Esses trechos foram considerados os mais importantes do respectivo parágrafo. A segunda coluna mostra uma expectativa de paráfrase elaborada por mim, baseada na concisão e na manutenção do conteúdo temático. Eu esperava que os estudantes escrevessem algo semelhante a isso. A terceira coluna apresenta as paráfrases elaboradas pela estudante M.V. e a quarta e última coluna mostra as paráfrases feitas pelo estudante W.D.:

³ Esse artigo de opinião pode ser consultado no anexo.

TABELA 1 – trechos destacados no texto original e paráfrases

Parágrafos	Trechos destacados no texto original	Expectativa de paráfrase	Paráfrase da estudante M.V.	Paráfrase do estudante W.D.
1º	A humanidade ainda não encontrou um substitutivo perfeito para o medo, de modo a conter o ser humano nas suas piores tendências.	O medo pode inibir crimes.	Ainda não temos algo que substitua o medo, e que seja capaz de impedir as piores ações humanas.	Nada substitui o medo, no papel de intimidar o ser-humano contra a prática delituosa.
2º	a educação, é certo, pode muito no sentido de prevenir a criminalidade, mas não é um remédio infalível.	A educação nem sempre contribui para inibir crimes.	A educação é um caminho, mas insuficiente no combate ao crime.	Até aqueles que têm um nível alto de instrução cometem crimes.
5º	O RDD não tem poder intimidativo suficiente para impedir que o recluso se sinta tolhido no desejo de mandar matar pessoas.	O RDD não intimida vontade de ordenar assassinatos.	O RDD não impede as ações criminosas mesmo de dentro da cadeia.	O RDD não impede novos assassinatos.
6º	A proibição de celulares para presos é uma meta, não uma realidade.	Impedir celulares na prisão é quase impossível.	Presos continuam usando celulares na cadeia.	Os presos têm acesso a celulares.
8º	Nesse particular conflito entre o crime organizado e o Estado brasileiro,	Bandido pode matar, mas o Estado não.	Poder limitado do Estado, enquanto	Estamos numa guerra em que apenas o crime organizado

	somente o primeiro pode matar.		bandidos podem tudo.	pode matar.
9º	Não se alegue que a iniciativa privada poderia criar presídios com total isolamento. Isso seria impossível, porque inconstitucional.	Nem prisões de segurança máxima resolveriam o problema da criminalidade.	Não se pode recorrer à separação total dos presos da sociedade porque é ilegal.	A lei não permite presídios administrados pela iniciativa privada.

A partir desse quadro, analisarei comparativamente as paráfrases.

Basicamente, as paráfrases foram classificadas em 4 categorias: a) adequada; b) relativamente adequada; c) inadequada; d) literal. Convém destacar que essas classificações não são estanques nem absolutas; elas servem apenas como norteadoras das análises.

Isso posto, foram consideradas *adequadas* as paráfrases que se assemelharam àquelas que eu mesma elaborei como critério de avaliação, e foram consideradas *inadequadas* aquelas que fossem totalmente diferentes das minhas. Paráfrases *relativamente adequadas* foram aquelas que apresentaram poucas diferenças em relação às minhas e que preservaram o sentido do trecho original. Finalmente, o critério para considerar uma paráfrase *literal* foi a manutenção, total ou parcial, dos vocábulos originais ou a mudança de poucos vocábulos em relação ao trecho original.

No trecho destacado no primeiro parágrafo do artigo de opinião, a expectativa de paráfrase era a de que “o medo pode inibir crimes”. A interpretação dos dois estudantes foi considerada *relativamente adequada*: a estudante M.V. parafraseou o trecho “um substitutivo para o medo” por “algo que substitua o medo”, enquanto que W.D. redigiu “nada substitui o medo”. Essas substituições lexicais parecem indicar uma elaboração limitada do conteúdo temático porque não evidenciam um refinamento sintático mínimo que transcenda a informação original, na medida em que apenas apresentam poucas mudanças de vocábulo. No caso de M.V., foi feita a troca do artigo

indefinido masculino singular “um” e do substantivo “substitutivo” pelo pronome indefinido “algo” e pela oração subordinada restritiva “que substitua”; já W.D. usou o pronome indefinido “nada” e o verbo “substitui”. Nesse sentido, tais paráfrases não revelam a explicitação de outras relações ou associações temáticas. Ainda nesse trecho, M.V. parafraseia “piores tendências” como “piores ações humanas”, ao passo que W.D. compreendeu esse sintagma de forma mais abrangente e parafraseou “piores ações humanas” como “prática delituosa”.

No segundo parágrafo, a paráfrase esperada para o trecho “a educação, é certo, pode muito no sentido de prevenir a criminalidade, mas não é um remédio infalível” era: “a educação nem sempre contribui para inibir crimes”. A modalização sinalizada pela expressão “nem sempre” é particularmente relevante. Nesse sentido, a estudante M.V. parafraseou adequadamente esse trecho ao redigir que “a educação é um caminho, mas insuficiente no combate ao crime”, sendo tal paráfrase, portanto, considerada *adequada*. Já o estudante W.D. cometeu um pequeno deslize de interpretação ao escrever que “até aqueles que têm um nível alto de instrução cometem crimes”. Tal paráfrase se revela *inadequada* porque apresenta uma generalização indevida. Ela ficaria mais apropriada se houvesse uma modalização pragmática⁴ e ficasse registrado que “até aqueles que têm um nível alto de instrução *podem cometer crimes*” (alguns efetivamente cometem).

O quinto parágrafo discorre a respeito da ineficiência do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado – cf. anexo) na inibição de impulsos criminosos. O trecho destacado afirma que “o RDD não tem poder intimidativo suficiente para impedir que o recluso se sinta tolhido no desejo de mandar matar pessoas”. A expectativa de paráfrase era a de que “o RDD não intimida vontade de ordenar assassinatos”. A paráfrase da estudante M.V. foi *adequada* em relação a de W.D. ao afirmar que “O

⁴“As modalizações pragmáticas contribuem para a explicitação de alguns aspectos da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático (personagem, grupo, instituição, etc.) em relação às ações de que é o agente, e atribuem a esse agente intenções, razões (causas, restrições, etc.), ou, ainda, capacidade de ação. São exemplos de unidades linguísticas que exercem a função modalizadora pragmática: verbos no pretérito (quis, pode, pretendeu, pudesse, devia, não devia)” (KLAUTAU 2011, p.194-195).

RDD não impede as ações criminosas mesmo de dentro da cadeia”. A paráfrase de W.D., por sua vez, registrou apenas que “o RDD não impede novos assassinatos”, sendo considerada, portanto, *relativamente adequada*.

Já no sexto parágrafo, as paráfrases dos dois estudantes foram consideradas *relativamente adequadas*: M.V. registrou que “presos continuam usando celulares na cadeia”, enquanto que W.D. disse que “presos têm acesso a celulares” ao parafrasearem o trecho “a proibição de celulares para presos é uma meta, não uma realidade”; a expectativa de paráfrase desse trecho era que “impedir celulares na prisão é quase impossível”.

No oitavo parágrafo, a interpretação *literal* coube a W.D., que parafraseou “apenas o crime organizado pode matar”, enquanto que M.V. escreveu que “os bandidos podem tudo”, ficando subentendido o papel do Estado e o fato de que eles podem inclusive eliminar vidas. Nesse sentido, também houve uma generalização excessiva ao empregar o pronome indefinido “tudo” e essa paráfrase foi considerada *inadequada*. A paráfrase esperada era a de que “bandido pode matar, mas o Estado não”.

Finalmente, no nono parágrafo, houve um pequeno mal-entendido da parte de W.D. Ele interpretou que “a lei não permite presídios administrados pela iniciativa privada” no trecho que diz “não se alegue que a iniciativa privada poderia criar presídios com total isolamento. Isso seria impossível, porque inconstitucional”. Na verdade, a lei permite sim presídios administrados pela iniciativa privada, mas não permite que haja presídios com total isolamento. Portanto, a paráfrase de W.D. foi *inadequada*. Já a paráfrase de M.V. foi *adequada* ao escrever que “não se pode recorrer à separação total dos presos da sociedade porque é ilegal”. A expectativa de paráfrase era que “nem prisões de segurança máxima resolveriam o problema da criminalidade”.

Em síntese, as paráfrases analisadas foram qualitativamente classificadas da seguinte forma:

TABELA 2- classificação *qualitativa* das paráfrases de cada estudante

	1º p.	2º p.	5º p.	6º p.	8º p.	9º p.
Estudante M.V.	Rel. Ad.	Ad.	Ad.	Rel. Ad.	Inad.	Ad.
Estudante W.D.	Rel. Ad.	Inad.	Rel.Ad.	Rel.Ad.	Lit.	Inad.

Legenda: Ad = adequada; Rel. Ad = relativamente adequada; Inad.= inadequada; Lit = literal.

Na tabela 2, podemos observar que as paráfrases do 1º e do 6º parágrafos feitas pelos dois estudantes foram consideradas relativamente adequadas. Já no 2º e 5º parágrafo, as paráfrases de M.V. foram adequadas enquanto que as de W.D. foram, respectivamente, inadequada e relativamente adequada. No 8º parágrafo, a paráfrase de M.V. foi inadequada e a de W.D. foi literal; no 9º parágrafo, M.V. foi adequada e W.D. foi inadequada.

Apresentarei agora uma tabela com a classificação quantitativa das paráfrases feitas por cada estudante:

TABELA 3 – classificação *quantitativa* das paráfrases de cada estudante

	Adequada	Rel. Ad.	Inadeq.	Literal
Estudante M.V.	3	2	1	0
Estudante W.D.	0	3	2	1

Na tabela 3, constatamos que a estudante M.V. não elaborou nenhuma paráfrase literal, elaborando 3 paráfrases adequadas, 2 relativamente adequadas e uma inadequada. Já o estudante W.D., por sua vez, elaborou uma paráfrase literal, 3 relativamente adequadas e 2 inadequadas. A seguir, comentarei os resultados.

5. Resultados

A análise das paráfrases produzidas por dois estudantes da graduação do curso superior em Comunicação Social – Jornalismo indicou uma certa tendência em parafrasear a partir da manutenção total ou parcial dos vocábulos originais ou apresentando mudança de poucos vocábulos em relação ao trecho original.

Apesar disso, a maioria das paráfrases registradas foi considerada relativamente adequada. Isso sinaliza que houve compreensão leitora praticamente plena, com pequenos deslizes por parte do estudante W.D. nas paráfrases do segundo e do nono parágrafo.

Os resultados indicam que a paráfrase é uma competência linguístico-discursiva que envolve não somente a compreensão leitora, mas também conhecimentos referentes à modalização, à coerência e à coesão.

Concluimos que a elaboração de paráfrases que compõem o gênero resumo na universidade exige uma série de conhecimentos articulados, desde o conhecimento de mundo e o conhecimento linguístico até uma abordagem da competência discursiva de interpretação textual, aliada ao domínio de mecanismos de textualização (coerência e coesão) e do mecanismo enunciativo da modalização.

Referências

- BRONCKART, J-P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAVALCANTE, M.M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? Tradução de João W. Geraldi. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, n. 8, p. 129-134, 1985.
- GOLDSTEIN, N. S.; LOUZADA, M. S. O. ; IVAMOTO, R. E. . **O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade**. São Paulo: Ática, 2009.
- KLAUTAU, Eneida L. G. Mecanismos enunciativos: um traço da hierarquia organizacional nos escritos de trabalho. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. [www.revel.inf.br]. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_mecanismos_enunciativos.pdf Acesso em 19 jul 2015.

PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

RAMIRES, V. **Gêneros textuais & produção de resumos nas universidades**. Recife: EDUFPRPE, 2008.

RODRIGUES, Francisco César Pinheiro. Quando a impunidade elimina o medo. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2608200609.htm> Acesso em 09 jun 2012.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

ANEXO – artigo de opinião a partir do qual as paráfrases foram produzidas

TENDÊNCIAS/DEBATES: O Brasil deveria adotar a pena de morte? SIM

Quando a impunidade elimina o medo – por FRANCISCO CÉSAR PINHEIRO RODRIGUES

Infelizmente, a humanidade ainda não encontrou um substitutivo perfeito para o medo, de modo a conter o ser humano nas suas piores tendências. Manipulações genéticas e bioquímicas no cérebro -realmente "mudar o homem por dentro"- ainda são um sonho da área científica.

A educação, é certo, pode muito no sentido de prevenir a criminalidade, mas não é um remédio infalível, tanto que, mesmo os com diploma superior, vez por outra -contando com a impunidade-, matam, desviam dinheiro público e podem praticar todos os crimes previstos na legislação, exceto, provavelmente, o "furto famélico".

Este, por desnecessário. Partindo dessa constatação, surge naturalmente a pergunta: "E se o medo desapareceu totalmente por causa da sensação de impunidade?". É o que acontece hoje no Brasil, notadamente com chefes do tráfico de entorpecentes que, presos e condenados a mais de cem anos de reclusão, sentem que não há mais nada a perder. Não há o que temer pois não pretendem viver 300 anos. Como reais detentores de direitos humanos (nada a opor), sabem que, mandando matar pessoas, o pior que lhes pode ocorrer é a sujeição ao RDD (Regime Disciplinar Diferenciado).

O que significa o RDD, em termos de intimidação? Isolamento em uma cela individual (um alívio em presídios superlotados); uma visita semanal por duas horas (possível visita íntima), com máximo de dois adultos e menores em número sem limite; banho de sol com duração mínima de uma hora (pode ser de duas); e o direito de ler livros e, talvez, outras coisas.

Enfim, nada que se pareça com as masmorras de antigamente, regime de pão e água. Não estou dizendo aqui que tais presos devam suportar condições subumanas. Apenas esclareço ao leitor que o RDD não tem poder intimidativo suficiente para impedir que o recluso se sinta tolhido no desejo de mandar matar pessoas. E se o RDD visa apenas isolar o chefe poderoso, o objetivo é risível, pois as ordens podem ser dadas às pessoas que o visitam e, em tese, a seus procuradores judiciais (se não obedecerem, também podem morrer).

A proibição de celulares para presos é uma meta, não uma realidade. Não é factível examinar cada decímetro quadrado das toneladas de alimentos que chegam todos os dias em caminhões. E consta que há celulares que independem de torres de transmissão. A comunicação é feita por satélite.

Como dinheiro não é problema para o tráfico, seus líderes podem sempre dispor da última tecnologia.

Como se vê, não há mais nenhum "contra-estímulo" legal que iniba os grandes chefes do crime organizado já condenados em regime fechado. Fica ao exclusivo critério deles decidir se matam, ou não, quem os contrarie. Um deles, o mais conhecido, chegou a dizer, em entrevista difundida na internet, que podia matar policiais sem susto porque eles não podiam fazer o mesmo, pois isso seria ilegal. É, assim, uma guerra declarada. Uma guerra especial: em toda guerra, cada país tem o "direito" de matar o inimigo; nesse particular conflito entre o crime organizado e o Estado brasileiro, somente o primeiro pode matar.

Não se alegue que a iniciativa privada poderia criar presídios com total isolamento. Isso seria impossível, porque inconstitucional. E empresas que administram cadeias não aceitam presos superperigosos.

Nossa Constituição proíbe a pena de morte, exceto na guerra. "Guerra" já temos. E cláusulas pétreas podem ser alteradas com uma Assembléia Constituinte,

algo perfeitamente factível, embora trabalhoso, pois o povo é o verdadeiro soberano, não estando para sempre escravizado pelo que outra geração definiu como imutável.

Uma alternativa seria abreviar a saída dos chefões do crime para continuarem em paz com seus "negócios", matando concorrentes e consumidores que devem dinheiro. A vida continuaria não valendo nada no Brasil.

FRANCISCO CÉSAR PINHEIRO RODRIGUES, 74, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, é membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e da Academia de Ciência de Nova York. (Texto publicado no Jornal Folha de São Paulo, sábado, 26 de agosto de 2006). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2608200609.htm> Acesso em 09 jun 2012.